

**GABINETE DE IMPRENSA**

**Declaração de Jorge Pires, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP**  
**Sobre a resolução do Banif e venda do negócio ao Santander Portugal**

Face à decisão anunciada pelo Banco de Portugal e pelo Governo sobre o Banif – venda do negócio do Banif ao Santander Totta, resolução do Banif e criação de um Veículo para assumir os activos tóxicos -, o Partido Comunista Português entende, numa primeira avaliação, destacar:

Os sucessivos alertas do PCP, desde 2012, para a situação do Banco e das posições do Estado no capital e no empréstimo em capital contingente, eram inteiramente justificados. Na verdade, é possível afirmar que o Governo PSD/CDS colocou 1.100 milhões de euros no Banif, dos quais apenas 275 milhões foram recuperados e sem garantir o mínimo acompanhamento da instituição.

Ou seja, PSD e CDS são directamente responsáveis pela perda de 825 milhões de euros. O Governo PSD/CDS é igualmente responsável pela não assumpção do controlo público da instituição, permitindo que um banco detido em mais de 60% pelo Estado fosse integralmente controlado por outros interesses. Acrescem a essas responsabilidades as que resultam do branqueamento da situação do banco durante os últimos três anos, estas, partilhadas com o Banco de Portugal.

O PCP considera que essas responsabilidades políticas são agravadas pela forma como o então Primeiro-Ministro, Passos Coelho, justificou a operação, como um bom negócio para o Estado, mentindo sobre a operação que correspondeu, na verdade, a uma ajuda pública a fundo perdido a um banco privado, com pesados custos para o interesse público.

É assim inteiramente justificável que as responsabilidades políticas sobre a condução deste processo e o seu desfecho sejam cabalmente esclarecidas e apuradas e, nesse sentido, o PCP intervirá na Assembleia da República com a proposta de uma Comissão de Inquérito.

Estamos perante um verdadeiro crime económico, que remete agora para o uso de recursos públicos para salvar depósitos que foram delapidados num contexto em que tal delapidação podia ter sido impedida se o Governo PSD/CDS tivesse utilizado os instrumentos que tinha à sua disposição para esse efeito.

Uma vez mais, o sistema de regulação e supervisão, por incapacidade intrínseca e por opções políticas, revela-se como um verdadeiro embuste, incapaz de impedir os sucessivos colapsos financeiros, que do BPN ao Banif, já custaram ao Estado mais de 20.000 milhões de euros, desde 2008.

A situação demonstra que um efectivo controlo público da banca é absolutamente necessário. Não apenas por força deste processo, mas da instabilidade geral que não permite colocar de parte que este seja apenas mais um episódio da crise patente no sistema

---

**A Agenda do PCP está disponível na Internet em [www.pcp.pt](http://www.pcp.pt)**

Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 - 1600 – 196 Lisboa

Telef. 217813800 - 217813880 \* email: [imprensa@pcp.pt](mailto:imprensa@pcp.pt) \* Web: [www.pcp.pt](http://www.pcp.pt)

bancário. Não sendo o controlo público, por si só, a solução para todos os problemas da banca, é hoje mais evidente do que nunca de que só este permite as soluções necessárias.

O PCP rejeita a canalização de recursos públicos para instituições bancárias sem que isso permita o controlo público que contribua para a solidez das instituições e da sua gestão ao serviço dos interesses nacionais.

O PCP reafirma que os constrangimentos supranacionais, nomeadamente os determinados pelas imposições da União Europeia e pelo Banco Central Europeu, não são compatíveis com a defesa do interesse nacional. Ou seja, além das assimetrias económicas e sociais que a União Europeia gera e agrava, nomeadamente as que colocam a economia portuguesa em desvantagem pelos elevados custos de capital – fruto principalmente da Moeda Única – as regras bancárias da União Europeia bloqueiam potenciais respostas que incluam o sistema público bancário, como sucedeu com a recusa da integração do Banif nesse sistema, obrigando a que o Estado funcione sempre como o depositário dos prejuízos e agente de limpeza da banca para a sua entrega, já livre de riscos e prejuízos, a grupos monopolistas.

Esta situação agravar-se-á com a entrada em vigor, a 1 de Janeiro de 2016, das novas regras da União Europeia para o sistema bancário.

O PCP salienta igualmente a necessidade de assegurar os postos de trabalho e os direitos dos trabalhadores do Banif, também eles vítimas do funcionamento especulativo e da natureza predatória do sistema financeiro.

O PCP chama ainda a atenção para o facto de a situação do Banif, tal como já se tinha verificado com o BES, ser mais um elemento que comprova o embuste propagandístico que significou a anunciada “saída limpa” e o verdadeiro conteúdo da acção do Governo PSD/CDS e da *troika*.

21.12.2015